

A ESPACIALIZAÇÃO DA CRISE DO CAPITAL E A GÊNESE DA FORMA-RUÍNA¹

Sócrates Menezes²

Resumo: O presente texto objetiva analisar a relação entre as crises capitalistas e a produção do espaço. Tal objetivo se justifica pela necessidade de melhor compreender a condição espacial no momento em que se evidencia a crise contínua e estrutural do capital (Mészáros, 2011). Problematiza-se: em decorrência da forma permanente e irreversível da crise, onde forças produtivas se convertem em forças destrutivas por definitivo, quais suas repercussões no processo de produção do espaço? Metodologicamente, aborda-se a *teoria da ordenação espaço-temporal* de David Harvey (2005a, 2005b, 2013) no sentido de apontar seus limites dentro de um quadro histórico e social em que as estratégias de acomodação das contradições da sobreacumulação no espaço se apresentam esgotadas. Conclui-se que o deslocamento espaço-temporal da reprodução destrutiva do capital faz emergir uma forma histórica muito específica do espaço: a forma-ruína.

Palavras-Chave: Produção do espaço; Forma-Ruína; Crise do capital; Produção destrutiva; Ordenação espaço-temporal.

THE CAPITAL CRISIS SPATIALIZATION AND THE RUIN-FORM GENESIS

Abstract: This paper analyzes the relationship between capitalist crises and the spatial production. This purpose is justified by the need to better understand the spatial condition at a time when the continuous and structural capital crisis is evident (Mészáros, 2011). The question is: as a result of the permanent and irreversible form of crisis, where productive forces definitively convert into destructive forces, what are its repercussions on the spatial production process? Methodologically, the spatiotemporal ordering theory by David Harvey (2005a, 2005b, 2013) is critically approached in order to point out its limits within a historical and social framework in which accommodating strategies overaccumulation contradictions are exhausted. The paper concludes that the displacement spatiotemporal of the destructive reproduction of capital gives rise a specific historical spatio form: the ruin-form.

Key Words: Spatial Production; Form-Ruin; Capital crisis; Destructive production; Spatiotemporal organization.

INTRODUÇÃO

A acumulação do capital se dá de forma expansiva, incontrollável e totalizadora (Mészáros, 2011). Tal condição é consequente e imanente às suas

¹ Texto síntese relativo às participações nas mesas redondas de tema único “A Geopolítica e a Espacialização das Crises do Capital”, apresentadas no I e II Encontro Nacional do GECA.

² Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos dos Capital – GECA. E-mail: socratesmenezes@yahoo.com.br

formas de reprodução. A reprodução simples, que é a mera manutenção e continuidade da produção capitalista, implica em converter ao logo do tempo todo o conjunto das condições de produção e seus resultados em capital, ou seja, em “mais-valia capitalizada” (Marx, 1983). A reprodução ampliada, que é a conversão das demais relações de produção em produção capitalista, implica na generalização da extração de mais-valia (exploração do trabalho assalariado) como forma econômica dominante. Assim, é expansiva porque pressupõe uma acumulação que tenha como ponto de partida outra acumulação precedente; incontrolável porque precisa subsumir as barreiras que impedem a expansão; e totalizadora porque tende a se generalizar como a forma universal da produção.

A expansão incontrolável e totalizadora é uma especificidade histórica desse sistema acumulativo. Se outros modos de produção se perduram por considerável tempo histórico é porque a mera reprodução de suas relações bastavam para se sustentar. No entanto, a acumulação de capital jamais poderia ser individualizada porque sua riqueza se diluía na reprodução e manutenção de suas bases. No decorrer do tempo, ela se socializaria. A acumulação centralizadora e concentradora constitui a essência da reprodução capitalista. E por isso precisa encontrar à sua disposição sempre e em escala crescente os elementos produtivos conversíveis em capital: meios de produção de trabalho.

É pela concorrência do mercado que os capitais individuais se veem forçados a buscar mais meios de produção e trabalho explorável. Quando o ambiente econômico se encontra favorável, com taxas de lucros satisfatórias e em crescimento, os investimentos tendem a ser seguros e estáveis. A estabilidade dada pelo crescimento constante estimula o aumento da própria produção e a concorrência com outros capitais. Quando a concorrência capitalista se impõe, pressiona esses mesmos capitais a intensificar ainda mais a produção, seja pelo aumento da produtividade ou pela diversificação dos investimentos em novos setores ou em novos lugares ou regiões.

O desenvolvimento do mercado, da concorrência e da produtividade tende a provocar a superprodução. Por seu turno, esta só ocorre não porque as necessidades humanas em geral deixam de existir a ponto das pessoas pararem de consumir, mas tão somente porque essa produção não é mais consumida com as taxas de lucro desejadas. A superprodução é, portanto, relativa apenas às necessidades da valorização. Isso ocorre porque, com mais produção, menor o preço, menor o lucro. As instabilidades e crises decorrentes da superprodução e do próprio desenvolvimento do mercado é, dessa forma, um problema de “eficiência” da produtividade, ou seja, quando o capitalismo funciona bem.

Essa contradição de gerar quadros de crises porque o mercado e a produção se desenvolvem, é um problema específico e estrutural do capitalismo e revela a forma crítica com que seu sistema funciona. O desenvolvimento do mercado (tantas vezes glorificado e desejado) força à falência muitos outros capitais menos lucrativos ao passo que, para os vencedores da concorrência, aqueles mais produtivos, a centralização e monopolização aparecem como consequência lógica de sua alta produtividade. De uma forma ou de outra, o aumento da produção e o aumento da produtividade em geral se mostram como causa e consequência do desenvolvimento do mercado e das crises que recorrentemente se impõem. As crises são, por isso, fruto do funcionamento crítico de uma acumulação sempre em expansividade incontrolável e totalizadora, ao mesmo tempo que é seu motor.

A contradição que é a crise, ao mesmo tempo motor e limitador, expande-se para o mundo da mesma forma e no mesmo ritmo que o seu sistema acumulativo

em funcionamento crítico. O próprio mundo, como representação da produção da mercadoria, imagem e semelhança dela, mostra-se como produto histórico da modernidade. Um mundo que, onde não cabe mais produção, onde a produtividade exaure o trabalho – apesar da ampliação das carências humanas básicas de bens, serviços e emprego –, o capital precisa continuar ampliando e intensificando ainda mais a acumulação.

O resultado é o processo forçado de universalização que não poderia ocorrer sem um saldo destrutivo que se mostrou inerente. O longo processo de colonização que marcou o projeto civilizatório, as disputas imperialistas e o saldo devastador inscrito nos anais do século XX (não somente pelas duas guerras mundiais) são reveladores. Uma capacidade destrutiva então se revela em escala global, ao mesmo tempo em que a insuperável resposta às crises (mais produção e mais produtividade) continua a criar um mundo agora em ruína.

A ESPACIALIZAÇÃO DA CRISE

As crises capitalistas têm natureza própria e diferem das crises que demarcaram outros modos de produção. Enquanto em outras formas sociais os problemas que geram quadros de escassez (climático, bélico, técnico, etc.) compõem a razão das crises, na era do capital ela se dá por excesso de produção. A superprodução é um problema específico do capitalismo porque é, ao mesmo tempo, resultado do progresso técnico e consequência limitante da valorização. Por isso é necessário produzir e consumir cada vez mais, em menos tempo e em todos lugares.

Para continuar em expansividade, é necessário que mais meios de produção e mais trabalho sejam incorporados ao processo produtivo. E se não os encontra, produz-se.

Mais meios de produção são produzidos (na forma de capital) quando se apropria da terra convertendo-a em propriedade privada, quando se revoluciona a tecnologia e demais meios para tornar o trabalho mais intenso e quando sucumbe as outras formas de produção à lógica extratora de mais-valia, seja pela violência ou pelo poder do mercado. Por sua vez, mais trabalho é produzido quando, por meio da privatização de terras, expropriação de condições de trabalho, desapropriações, opressões e violência, uma crescente e contínua massa de pessoas despossuídas se forma e se depara com a única possibilidade de sobrevivência: vender seu último suspiro de humanidade social (o trabalho) por um salário.

Tem-se, assim, o *primeiro momento* da produção espacial: como expressão, ou *positividade* do capital. Se mais meios de produção e mais trabalho só podem ocorrer quando os sujeitos são expropriados das condições imediatas de sobrevivência é porque a função social da propriedade privada burguesa está ativada. É da ação expropriatória, ou da alienação contínua do trabalho, que se constitui a forma mais elementar e nuclear do espaço: a propriedade privada da terra. Por sua vez, a produção de mais trabalho pela expropriação do campesinato e a consequente produção de despossuídos só pode ocorrer se houver um espaço para sua reprodução: as cidades modernas. O “reencontro” entre o proletário e os meios de produção centralizados só pode ocorrer se houver também um espaço específico: o espaço produtivo (a indústria). Não menos importante, o desenvolvimento da circulação, das ferrovias, estradas, rotas marítimas, etc., integrando o território dão vida ao que se pode chamar de espaço regional e o espaço nacional. Por fim, a constituição do mercado mundial não poderia se efetivar

sem o que pode ser chamado de espaço global, ou simplesmente mundo. Conclui-se que, em todas as formas de existência do espaço se observa diferentes expressões da expropriação do trabalho e a conseqüente materialização das “formas” do capital. Nessa dimensão, o espaço se integra e atua como força produtiva na medida em que estimula e potencializa a acumulação. Assim, ele mesmo se torna resultado e condição da alienação do trabalho. Isso demarca sua forma moderna de ser. Espaço e alienação são, nesses termos, pares dialéticos.

A separação ou a alienação fetichista - e quase sempre violenta entre trabalho e meios de produção - é a única forma de produzir as condições necessárias para a expansão contínua. E ela é contraditória, primeiro porque separa os sujeitos de suas condições de trabalho apenas para promover seu posterior reencontro, mas agora sob a tutela do patrão e orientado à extração da mais-valia; segundo porque, em um quadro geográfico dado, tal mecanismo sempre se mostrará, mais cedo ou mais tarde, limitado. Sendo assim, tem-se que a produtividade geral se eleva, provocando um excedente de mercadorias sempre maior que a própria capacidade de consumo local, regional, nacional, etc.; ao mesmo tempo em que gera-se também um excedente de força de trabalho e meios de produção sempre maior que a capacidade de emprego produtivo delas, por mais que a expansão dos negócios esteja favorável aos novos investimentos. Por isso que o desemprego é um fenômeno também específico do capitalismo.

Excedentes de mercadorias, trabalho e capital são conseqüências diretas dos momentos de expansão dos investimentos, mas são também pressupostos das crises que tendem a travar a própria acumulação. A crise é quando o processo de valorização se realiza e os excedentes sucumbem à desvalorização: as mercadorias não encontram consumo lucrativo, a força de trabalho não encontra emprego e as empresas, quebradas, não podem pagar pelo trabalho. De um lado, capital superacumulado em mercadorias, dinheiro, meios de produção, etc.; do outro, trabalho superacumulado no “exército industrial de reserva” (Marx). Ou seja, as duas forças produtivas em abundância, mas em polos opostos e alienadas entre si.

Como demonstra Harvey (2005a), quando a contradição capitalista atinge seu limite e a crise ocasionada pela superprodução se revela, sobretudo em um quadro econômico de eminente pobreza social (tamanho seja os resultados da espoliação do trabalho), o capital se vê forçado a deslocar suas contradições ao tempo e ao espaço. Com relação ao tempo, é possível que a extensão de contratos, ou reinvestimento em outros setores da economia (como o financeiro), possam retardar, ao menos em curto prazo, os efeitos destrutivos da crise. À médio prazo, a solução seria a construção de uma estrutura espacial que acelerasse e viabilizasse o tempo entre produção e consumo, configurando um “ambiente” mais favorável à circulação. Nesses termos, o capital teria que produzir infraestrutura de transporte (canais, hidrovias, ferrovias, aerovias), estrutura de comércio (centros de distribuições, pontos de apoio, logística, etc.) e espaços de consumo (centros urbanos, centros comerciais, comércio varejista, shopping centres, etc.). À longo prazo, a urbanização se mostrou uma estratégia de espacialização da crise bem eficiente porque tem a capacidade de recriar constantemente novas esferas de investimentos ampliando a margem de reprodução. Nesses espaços dotados de infraestrutura e urbanização a temporalidade do capital acelera, invertendo a queda das taxas de lucro, porque os próprios limites espaciais procuram ser superados com mais investimentos lucrativos que viabilizam o giro da acumulação. Produz-se espaço para acelerar o tempo de rotação entre produção e consumo.

Aqui se observa o *segundo momento* da produção espacial. Isso porque a produção do espaço concreto (infraestrutura e urbanização) aparece como uma necessidade da funcionalidade crítica do sistema acumulativo. Não se trata mais e apenas da expressão ou exteriorização das múltiplas formas e significados com que a técnica se concretiza no mundo, nem tão somente da “fixação do capital fixo” (Costa; Moraes, 1984). Em termos mais abstratos, o espaço produzido na era do capital tem como especificidade histórica ser a dimensão crítica, negativa; uma dimensão para onde se desloca contradições e os efeitos destrutivos da superprodução, dos excedentes em processo de desvalorização. O espaço moderno é, assim, também a dimensão negativa da temporalidade do valor. Um “custo universal”, não um investimento: um tipo muito específico de “antivalor”.

No entanto, mesmo esse espaço construído como conjunto de estruturas capaz de acelerar a reprodução ampliada (o espaço urbano ou intra-urbano, o espaço regional, o espaço nacional, etc.), ele é apenas parte da solução. Isso porque, ao final, ele também acabará contribuindo com o aumento da produtividade e da ativação de novos limites geográficos. Ainda conforme Harvey, tal problema já teria sido apontado por autores que, como Hegel, haveriam de admitir os limites do desenvolvimento econômico nos limites dos Estados-Nações, propondo em detrimento o “ajuste espacial”.

Para o filósofo alemão, que observara a emergência da sociedade burguesa no privilegiado contexto revolucionário de início do século XIX, as contradições da acumulação em expansão são um problema decorrente do “espírito” da produção capitalista, não da forma como ela se processa. A alienação entre o trabalho e as condições/resultados da produção seria uma contradição insolúvel pelos mecanismos de mercado. Segundo Hegel, no limite elas poderiam ser apenas “administráveis” pelo *espírito da razão*, o Estado moderno. Nesse sentido, o ajuste espacial significaria a exportação dos excedentes de mercadorias, de capital e de trabalho para outros espaços (colônias), notadamente “primitivos”, onde as contradições ainda não estivessem desenvolvidas. Ou seja, uma solução externa aos estruturais problemas internos. Assim, uma ideia de mundo - um espaço global infinitamente grande e absorvedor da contradição estrutural – então se vislumbra pela primeira vez na história também como uma decorrência dos limites da valorização crítica do capital.

De fato, a exportação do capitalismo para espaços não capitalistas configurou o modelo colonialista e imperialista que caracterizou o cenário global entre os séculos XIX e XX. Mas até a Primeira Guerra Mundial, a estratégia do “ajuste espacial” forçada pelas nações imperialistas/coloniais se mostraria em franco esgotamento. Ao seu fim e sobre seus escombros, o espaço global se anunciaria como projeto concluído de mundo à imagem e semelhança do capital.

Embora a exportação das contradições para novos espaços nacionais se mostrasse mais tarde uma solução temporária e limitada, como previa Marx, dado que as crises cíclicas continuaram a ocorrer, a expansão do capital pelo mundo se manteve contínua por adotar formas mais complexas de reprodução. Por isso, questiona Harvey: “quão longo é o curto prazo? Se se prolonga por muitas gerações, então o que isso representa para a teoria de Marx e sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no núcleo da sociedade civil?” (2005a; p. 114). Segundo seu entendimento, a produção do espaço global, para onde as exportações de excedentes se designariam, junto com a produção do espaço concreto estruturado para a aceleração da reprodução capitalista, poderiam ser

fatores combinantes que, entrelaçados, montariam complexos de complexos espaciais que, por fim, retardaria em longo prazo os efeitos destrutivos das crises.

Essas duas dimensões do espaço produzidas mediante as crises de acumulação capitalista, o espaço global abstrato e o espaço concreto, estariam entrelaçadas no que o próprio Harvey denominou como “ordenação espaço-temporal” (2005a, 2005b, 2013, 2016).³ Este se refere às múltiplas formas de domínio territorial, imposição de lógica econômica e difusão ideológica que faria do espaço, não apenas extensão do processo acumulativo em eterna expansão, mas instrumento de intensificação da expropriação e exploração do trabalho.

O próprio Harvey haveria de acompanhar como que, desde a década de 1970, o capital continuou a exercer seu domínio expansivo pelo mundo a partir da produção do espaço e da “acumulação por espoliação” (Harvey, 2005b). No entanto, apesar de continuada a acumulação, é notório que o aumento da periodicidade das crises, a conversão progressiva da governança dos Estados nacionais em administração dessas crises (como significou o neoliberalismo) e o fim de qualquer perspectiva futura de estabilidade sustentável para o capital e para os trabalhadores, tenham se colocado como evidências fortes de uma crise estrutural. Teria o sistema acumulativo ativado os limites absolutos? Se sim, o que representaria a continuidade da produção do espaço mediante um contexto de crise estrutural? Como considerar a produção do espaço se, invertidos em processos destrutivos, a reprodução crítica do capital mantivesse em continuidade por médio e longo prazo? Quão longo é o “longo prazo”?

A CRISE ESTRUTURAL

Os limites da acumulação do capital são ativados quando não se torna mais possível deslocar ou burlar os efeitos generalizados da desvalorização. Isso ocorre quando o espaço deixa de ser o depositário universal da superprodução, quando a produtividade do trabalho atinge o limite da valorização lucrativa e quando não é mais possível se prolongar no tempo os saldos negativos das crises. Historicamente, isso ocorre no momento em que a mundialização do capital e a urbanização da sociedade se completa, o desenvolvimento técnico ativa o limite da produtividade lucrativa e as crises deixam de ser cíclicas para ser única e contínua.⁴ Se foi possível desconsiderar por algum tempo, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, a efetivação estrutural da crise é porque já estavam ativados as estratégias de retomada e manutenção do crescimento econômico com base no saldo destrutivo do maior conflito bélico experimentado. De fato, a “limpeza destrutiva” resultante da guerra e a reconstrução do mundo pós-1945 não podem ser desconsideradas como novas estratégias postas em prática.

³ Embora não seja o objetivo no presente texto fazer uma revisão da teoria da acumulação em toda obra de Harvey, é importante registrar o conjunto geral desenvolvimento teórico do autor que parte dos textos embrionários da década de 1970, referenciados aqui na coletânea *A Produção Capitalista do Espaço* (Harvey, 2005a), da década de 1980, especialmente *Os Limites Do Capital* (Harvey, 2013), até os escritos mais recentes, *O Novo Imperialismo*, de 2003 (Harvey, 2005b), e *As 17 Contradições e o Fim do Capitalismo*, de 2014 (Harvey, 2016).

⁴ “Mas só a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que, por meio dela, o comércio exterior começa a ter o primado sobre o comércio interno; em que o mercado universal se apodera sucessivamente de vastos territórios no Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; em que, enfim, as nações industrializadas, que entraram na liça, tenham se tornado bastante numerosas — é apenas dessa época que datam aqueles ciclos que sempre se reproduzem, cujas fases consecutivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, a qual é o fim de um ciclo e ponto de partida de outro. Até agora a duração periódica desses ciclos tem sido de 10 ou 11 anos, mas não há nenhuma razão para considerar essa cifra constante. Pelo contrário, deve-se concluir das leis de produção capitalista que acabamos de desenvolver que ela é variável e que o período dos ciclos tornar-se-á gradualmente mais curto” (Marx, 1983, v.1, t. 2; p. 264).

A ativação de forças destrutivas para a continuidade da reprodução do capital é demasiada importante para evidenciar a gravidade do contexto de sua crise. Mesmo observando o quanto foi possível adiar as ondas de colapsos incontornáveis, ao menos até a década de 1970, para Mészáros a conversão das “potencialidades positivas em realidades destrutivas” só pode ocorrer em qualquer modo de produção quando este não mais oferece condições materiais sustentáveis às necessidades da reprodução social. Como ressalta o autor, “esta virada no desenvolvimento se torna tanto mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema do capital – os limites das cada-vez-mais-perdulárias quantificação e expansão num mundo de recursos finitos” (2011; p. 614).

Chegada a década de 1970, novos surtos de crises socioeconômicas dão por fim o período de crescimento conhecido como “os trinta anos gloriosos” (Antunes, 1999). O padrão acumulativo fundado no tripé fordismo-taylorismo-keynesianismo se mostrou insustentável diante do quadro de superprodução agravado pela quebra do Tratado de Bretton Woods (1971), pelas crises do petróleo (1973 e 1979), pelas crises fiscais dos Estados periféricos e pelas crises de desemprego que se abateram nas principais economias globais. Isso deixaria à mostra a forte tendência de queda das taxas de lucro intensificada pelo aumento dos custos de produção, rebaixamento da capacidade geral de consumo e forte fuga dos investimentos produtivos para setores parasitários do capital fictício. A consequente “hipertrofia da esfera financeira” (Chesnais, 1996), o conjunto de mudanças técnicas e organizacionais do trabalho na produção (toyotismo), a flexibilização do trabalho e a imposição das políticas neoliberais, compuseram o que ficou conhecido como o novo padrão de “acumulação flexível” (Harvey, 1992). Entre a implementação dessa *reestruturação produtiva* ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, em especial depois do desmoronamento das economias pós-capitalistas (Mészáros, 2011) da União Soviética, e a permanência do quadro crítico que perdurou até o acachapante ano de 2008, observou-se que tais medidas forçosamente implementadas às custas da miséria de um terço da força de trabalho global apenas serviram para agravar o estado crítico das coisas.

A criticidade com que a reprodução da acumulação se mantém desvela um quadro global destrutivo que passa a refletir o exato momento histórico em que as forças produtivas do capital se rebelam contra sua própria produção. Como anota Mészáros (2011), a universalização da “*taxa de utilização decrescente*” – tendência generalizada de tornar obsoleta as mercadorias por variadas estratégias de obsolescência pelo rebaixamento do valor de uso das coisas – para todos os setores produtivos se tornou irresistível e incontornável. Nascido na indústria automobilística, desenvolvido na indústria eletrônica e computacional e estendido para todas as demais, da têxtil à construção civil, o caráter autodestrutivo adere à produção geral. Insere-se à forma em si da mercadoria e, em consequência, ao conjunto geral da “grande coleção de mercadorias” (Marx) que compõe mundo moderno e, portanto, também à dimensão espacial.

O espaço, sendo ele próprio uma forma muito especial de mercadoria – porque não deixa de ser produto do trabalho alienado, embora seja também uma objetividade social “reagente” ao modo de produção (Lefebvre, 1991) – não pode ter existência deslocada das condições históricas de sua produção. A conversão das forças produtivas em forças destrutivas pela *taxa de utilização decrescente* (que demarca o contexto da crise estrutural) é uma contradição que se alastra também de forma expansiva, totalitária e incontornável para todo o complexo social. Sendo o espaço categoria da realidade concreta determinante para o “controle” (ou

superação?) da crise, a análise e o entendimento de como deve se dar seu processo de produção sob tais condições é determinante.

A GÊNESE DA FORMA-RUÍNA

O espaço é expressão das forças produtivas dominantes de cada época. Assim se dá sua dimensão positiva, quando apenas reflete em objetividade mundana a forma histórica da produção social. Mas, como observado, para o sistema acumulativo do capital, o espaço também é um empecilho, uma barreira a ser superada pela necessidade de aceleração do tempo de valorização.

A espacialização decorrente da tensão entre as forças produtivas em desenvolvimento e seu funcionamento orientado para a crise é o que faz o mundo ser o que ele é: um imenso conjunto articulado de mercadorias em contínua desvalorização, expresso em formas e conteúdos, sistemas técnicos, econômicos e políticos que, por fim, dão funcionalidade objetiva a ele. Sob tais condições, o espaço produzido será sempre o destino para onde se desloca excedentes da produção em desvalorização (mercadorias, meios de produção e trabalho), ao mesmo tempo em que, instrumentalizado e tecnificado por esses excedentes, integra-se ao conjunto mais amplo dessas mesmas forças produtivas em expansão.

A dinâmica da produção de novos espaços para atender a aceleração da produtividade, seja como depositário dos seus resultados ou como instrumento técnico para sua intensificação, também requer ritmos cada vez mais acelerados de transformações. A produção de novos espaços que atendam às necessidades de novos circuitos acumulativos (novos mercados, novos serviços, novas demandas, novos padrões, etc.) pressupõe a destruição de outros espaços. Observa-se que, como ocorre nas grandes cidades, cada vez mais novas paisagens são construídas sobre outras que sucumbem antes mesmo de terem sido utilizadas de forma plena. A destruição torna-se a ordem naquilo que aparece como novo. As intervenções urbanísticas chamadas de “revitalizações”, “requalificações” e “reestruturações”, além daquelas outras expropriações para a iniciativa privada, são suficientemente evidentes.

Essa característica qualitativa, do novo se sobrepondo ao velho (que inclusive demarca o projeto da modernidade), ganha no contexto da crise estrutural um problema de ordem quantitativa. Isso porque quanto mais se intensifica a produtividade e mais se pressiona pela produção de espaços que resolvam os problemas da superacumulação, mais se descobre a lógica na qual o ordenamento tem se pautado, não nas capacidades produtivas, mas inversamente nas capacidades destrutivas do próprio espaço.

A cada nova construção, a cada nova paisagem, é pressuposto sobre elas sua próxima versão fundada em sua destruição. Por sua vez e em decorrência, uma mudança qualitativa também se observa: a relação entre produção e destruição, antes caracterizada pela *sucessividade*, torna-se agora caracterizada pela *simultaneidade*. Ou seja, a destruição que, por lógica, deveria ocorrer depois que coisa produzida fosse utilizada ou consumida em sua totalidade, deixa de ser consequente para se antecipar e se inserir no processo produtivo. Assim, projeta-se não apenas a coisa a ser produzida, mas também a forma e o tempo (cada vez mais curto) da sua destruição. E quanto mais destrutível for, maior será a magnitude e a intensidade da produção. É daí que emerge a forma-ruína do espaço, não como realização plena da destruição, mas como projeto da produção.

Diante dessa nova condição o que ocorre é a aplicação da *taxa de utilização decrescente* na produção espacial. É apenas a lógica da mercadoria aplicada à generalidade que é o espaço, nesses tempos em que *forças destrutivas são convertidas em forças produtivas*. Nesses termos, observa-se um novo tipo de espaço sendo produzido, não mais aquele determinado pela realização do valor de troca por meio do valor de uso que, depois de consumido, pudesse enfim ser substituído para a realização de novos valores (D-M-D). Ao contrário, nota-se a negação do próprio valor de uso para a realização do valor de troca a partir de uma inconsequente dissociação entre produção e necessidade.

Em decorrência da forma-ruína com que se produz espaço, a perda do sentido qualitativamente humano da produção orientada para a autodestruição, por sua vez compensada com a produção de mais espaço, revela-se com mais clareza na grande cidade metropolitana. Como exemplo, basta mencionar que na metrópole paulistana foram construídos dois prédios por dia no ano de 2022, mais que o dobro das construções de 2020. Isso em um contexto urbano em que mais de 33 mil imóveis se encontram abandonados, 322 mil famílias vivem em casas precárias e 31 mil pessoas não têm onde morar (Menezes, 2023).

Como observa Godoy (2022, p. 157), “a metrópole capitalista é o espaço imagem e semelhança do capital e, ao mesmo tempo, sua própria negação enquanto materialização do trabalho vivo que se opõe ao movimento de valorização do valor”. Por isso ela é, ao mesmo tempo, filha e “genitora” das mediações de segunda ordem do capital que se universalizam. Por isso também é nela que se expressa a magnitude contraditória da forma-ruína, pois ela é dimensão que induz a universalização da desvalorização destrutiva.

Nesses espaços desenvolvidos onde as contradições se revelam de forma mais clara, é curioso considerar a expressão da forma-ruína, não nos espaços abandonados e dilapidados pelo desuso, mas nas áreas de “valorização urbana”: os novos condomínios, os novos bairros, as áreas revitalizadas, no novo enfim. São *ruínas modernas* que, apesar de corporificadas em paisagens novas, carregam a genética da autodestruição. Isso revela um outro traço da forma-ruína com que o espaço urbano se projeta, pois, ao contrário da destruição pura e simples, ela se expressa na expansão, no crescimento e no adensamento do tecido urbano como forma de compensação quantitativa de sua capacidade qualitativa de se autodestruir. A forma-ruína produz mais espaço, enquanto amplia e intensifica sua capacidade destrutiva.

A forma-ruína deve se expressar em todas as dimensões do espaço, não apenas na paisagem ou “estrutura urbana”. Ela se generaliza pelas formas de (des)socialização e se expressa nas múltiplas dimensões das relações sociais: nas relações de trabalho fortemente afetadas pelo destrutivo processo de flexibilização, precarização e desemprego estrutural; na quebra dos laços de comunidade que se abate na experiência urbana; na espoliação da classe trabalhadora empobrecida e confinada nas periferias urbanas e bolsões de pobreza e miséria. Enfim, expressa-se no forte processo de segregação e desigualdade pela efetivação do “espaço amnésico”, como aquele decorrente da “tendência incontestável da destruição dos referenciais que fundam a vida” (Carlos, 2015, p. 228). Em decorrência, nota-se a progressiva e radical destituição do *direito à cidade*, que demarcam os contornos gerais da “urbanização crítica” (Damiani, 2009). Em outros termos, pode-se considerar que:

De uma forma ou de outra, a ruína se torna onipresente, ou como passado deteriorado e abandonado, ou como futuro projetado. Seja

por meio das formas físicas e sociais da produção já existente, seja por meio das formas com que se intenciona a produção *devenir* do espaço por interesses privados, especialmente do espaço urbano, a ruína se estabelece como efetividade real (Menezes, 2023, p. 38).

Contraditoriamente, a forma-ruína admitida pelo espaço contemporâneo apenas representa como que as capacidades destrutivas se tornaram sua principal força produtiva. Se, por um lado, o trabalho parece ter perdido centralidade em sua produção porque a alta produtividade do capital atingiu o limite máximo do fetichismo (tudo parece surgir do nada, ou cair do céu), por outro lado, sua capacidade autodestrutiva elevada em mais alto nível nada mais significa do que a manutenção ou continuidade intensificada da extração de mais-trabalho para nele ser cristalizado. É a ativação daqueles limites últimos que faz lembrar Benjamin, quando escreve que “o caráter destrutivo está sempre atuando bem disposto. A natureza lhe prescreve o ritmo, pelo menos indiretamente: pois ele deve adiantar-se a ela, do contrário ela própria assumirá a destruição”.⁵

CONCLUSÃO

Nestes tempos em que as forças destrutivas são convertidas em motor da produção do espaço, em que o caráter destrutivo se torna seu principal predicativo, as formas de observação e análise também devem ser revistas. A radical criticidade com que o espaço é destrutivamente produzido não admite outra leitura que não seja crítica e radical. A ruína na qual se converte o mundo não pode ter sobre si qualquer leitura “positiva”, como se a mera reconstituição dos seus “escombros” pudesse revelar alguma possibilidade humana de realização. Se, nos tempos de Benjamin, a história “à contrapelo” (ou ver o mundo como uma grande coleção de entulhos) deveria ser o modo de observação do historiador, nos tempos atuais de produção destrutiva do espaço, ao geógrafo cabe sua observação como uma grande ruína em processo expansivo, incontrolável e totalizador.

O “anjo da história”⁶, como também lembra Benjamin, que segue o curso irresistível do tempo olhando fixamente para trás e vê tão somente “ruína sobre ruína”, deve agora olhar também para frente, para o futuro, para onde o vento do progresso continua a impeli-lo, apenas para observar outras ruínas que agora se projetam monstruosamente, dessa vez, como mundo em construção.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaios Sobre Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo; Boitempo, 1999.

BENJAMIN, Walter. O Anjo da História. São Paulo; Autentica, 2021.

⁵ *Ibidem*.

⁶ “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (Benjamin, 2021).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Tragédia Urbana. A Cidade como Negócio. Contexto, 2015.

COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antônio Carlos Robert de. Geografia Crítica: A Valorização do Espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização crítica e produção do espaço. Cidades, v. 6, n. 10, 2009.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A valorização Capitalista do Espaço e a Teoria Marxista do Valor. 1. ed.- São Paulo: Alameda, 2022.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. As 17 Contradições e o Fim do Capitalismo. São Paulo; Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo; Loyola, 1992.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005b.

HARVEY, David. Os Limites Do Capital. São Paulo; Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Tradução (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991.

MARÇAL, Gabriela. "SP Ergueu 2 Prédios por dia neste ano e terá mais 1,7 mil até 2025". Metrôpoles (13/11/2022). Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/cidade-de-sp-ganhou-746-predios-em-2022-e-serao-mais-17-mil-ate-2025>. Acessado em: 17 de novembro de 2022)

MARX, O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENEZES, Sócrates. Trabalho, Valorização do Espaço e Crítica Geográfica. Relatório de pós doutorado - Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2023.

MÉSZÁROS, István. Para Além Do Capital: Rumo a Uma Teoria da Transição, São Paulo, Boitempo, 2011.